

Caderno de Encargos

Processo de Aquisição n.º 20R00007

Despacho de início do procedimento em: 30.07.2020

Universidade de Coimbra (UC) • Administração •
Serviço de Gestão Financeira (SGF) • Divisão de
Compras e Aprovisionamento (DCA)

Tel.: +351 239 242 750

Endereço eletrónico: comprasuc@uc.pt

CLÁUSULA 1ª

(Objeto da aquisição de bens)

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pela Universidade de Coimbra na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de equipamento informático.

CLÁUSULA 2ª

(Especificação dos bens)

1. Os bens a adquirir são os que apresentam e devem cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais:

Quantidade	Equipamento	Características
92 unidades	Tablet	Equipamento de referência: Lenovo M10Plus ou Galaxy Tab A (2019) ou equivalente Especificações: Sistema operativo: Android Cancelamento de eco: Bluetooth v5.0 Conexões: Micro SD até 512GB + USB 2.0 + Audio Jack 3.5 mm Conetividade: Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac dual-band Wi-Fi Direct hotspot Bluetooth 5.0 Bluetooth: Sim Armazenamento (min): 32 GB Memória RAM (min): 2 GB CPU (min): Octa Core (Dual 1.8GB + Hexa 1.6GHz) Sistema Operativo (min): Android 9 Pie Ecrã (min): 1920 x 1200 (WUXGA) Diagonal do Ecrã (min): 10,1 Câmara Frontal: 5.0 MP Câmara Traseira: 8.0 MP Sistema de som: Dual Speaker com Dolby Atmos 3D Effect Garantia (min): 1 Ano
174 unidades	Webcam	Equipamento de referência: FujiKam 812H ou equivalente Especificações:

		Sensor de imagem: 1 / 2.7 " 2 MP Alcance de vídeo: 1,5 a 5 metros Lente: 3,6 milhões Campo de visão: 90 ° Formato de codificação: MJPEG, H264 Resolução de vídeo: 1920 * 1080 Velocidade de fotogramas de vídeo: 30 fps Microfone incorporado: Sim Formato de codificação de áudio: PCM Alimentação: direta por USB DC5V Clip de montagem: Sim Compatibilidade: Windows 7 e posteriores; Mac OS 10.13 e posteriores Garantia (min): 1 Ano
4 unidades	PC All in One	Equipamento de referência: HP ProOne 400 G5 CTO ou equivalente Especificações: Sistema operativo: Windows 10 Pro 64 Monitor: Intel UHD Graphics 630 Resolução: Resolução Full HD 1920 x 1080 Processador: Intel Core i5 8500T 2.1 2666MHz 6C 35W CPU Memória: 8GB (1x8GB) DDR4 2666 SODIMM Memory Disco: 256GB M.2 2280 PCIe NVMe Solid State Drive Rede cablada: 1 RJ45 - IEEE 802.3 10/100/1000 Saídas vídeo: Intel Wi-Fi 6 and Bluetooth 5.0 802.11ax (2x2) vPro, supporting gigabit file transfer speed)' Intel Wi-Fi 6 and Bluetooth 5.0 802.11ax (2x2) non-vPro, supporting gigabit file transfer speed) Conectividade: 1 tomada para auscultadores universal; 1 saída de linha; 1 porta USB 3.1 tipo C de 2.ª ger. (lateral); 1 porta USB 3.1 tipo A de 1.ª ger. com PowerShare (lateral); 4 portas USB 3.1 tipo A de 1.ª ger. (traseira); 1 ranhura SD (lateral) Câmara: Full HD 1080p webcam Garantia: HP 3 year Next business day Onsite Desktop Only Hardware Support Acessórios: Teclado e rato da marca do fabricante Normas e legislação obrigatória: Fonte de alimentação interna 80 PLUS; 155 W EPA Bronze; 200 W EPA Platinum
4 unidades	Portátil Touch Leve	Equipamento de referência: Surface Pro 7 ou equivalente Descrição: portátil 2-em-1 Acessórios: caneta + teclado e adaptador usb-c para hdmi e vga Especificações: Sistema operativo: Windows 10 Pro Monitor: 12,3 Ecrã: tátil Tipo de toque: Multitoque de 10 pontos

		Proporção de ecrã (min): 3:2 Resolução: 2736 x 1824 Processador: Intel Core i5-1035G4 Memória: 8 GB Disco: 128 GB SSD Controlador gráfico: Intel Iris Plus Rede s/ fios: Wi-Fi 6: compatível com 802.11ax; Tecnologia sem fios Bluetooth 5.0 Conectividade: 1 x USB-C; 1 x USB-A; Tomada de 3,5 mm para auscultadores; Leitor de cartões microSDXC Sensores: Sensor de luz ambiente; Acelerómetro; Giroscópio; Magnetómetro Audio: Dois Microfones de Estúdio de campo distante; Altifalantes estéreo de 1,6 W com Dolby Câmara: Câmara frontal de 5 MP com gravação de vídeo full HD 1080p; Câmara posterior de 8 MP com focagem automática e gravação de vídeo Full HD 1080p Garantia: 2 anos (Garantia bateria: 6 meses)
10 unidades	Portátil Touch	Equipamento de referência: Portátil Asus Vivobook Flip Tacti ou equivalente Descrição: portátil conversível Sistema operativo: windows 10 Monitor: 14" Ecrã: 16:9, LED-backlit FHD, 60Hz, Tátil com 45% NTSC Processador: 1920 X 1080 Pixels Memória: 8 Gb Disco: 512 GB SSD Controlador gráfico: Placa Gráfica Intel Uhd 620 Rede s/ fios: Integrada Wi-Fi 5 (802.11 ac (2x2)); Bluetooth V4.1 Conectividade: 1 x USB 3.0; 2 x USB 2.0; 1 x Microphone in/Headphone-out jack ; 1 x HDMI Slots: Leitor de cartões Multi-formato (SD/SDHC/SDXC) Audio: Colunas integradas de 2 W e Microphone Câmara: VGAWebcam Bateria (min): 3 Células 42 Wh
38 unidades	Portátil Genérico	Equipamento de referência: Dell Latitude 3410 ou equivalente Descrição: portátil Especificações: Sistema operativo: Windows 10 Pro Monitor: 14.0-in. display Resolução: 14" FHD (1920x 1080) Anti-Glare Non-Touch, Camera Processador: 10th Generation Intel Core i5-10210U (4 Core, 6M cache, base 1.6GHz, up to 4.2GHz) Memória: 8GB,1x8GB, DDR4 Non-ECC

		Disco: M.2 256GB PCIe NVMe Class 35 Solid State Drive Controlador gráfico: Integrated Intel UHD for 10th Generation Intel Core i5-10210U Rede cablada: Flip-Down RJ-45 port 10/100/1000 Mbps Rede s/ fios: Intel Wi-Fi 6 AX201 2x2 802.11ax 160MHz + Bluetooth 5.1 Saídas vídeo: HDMI 1.4 Conectividade: 1 USB 2.0 port; 1 USB 3.2 Gen 1 Type-A port with PowerShare; 1 USB 3.2 Gen 1 Type-A port; 1 USB 3.2 Gen 1 Type-C port with DisplayPort 1.2 Alt mode; 1 Universal Audio Jack Slots: 1 leitor de cartões uSD 3.0 ; 1 Wedge Shaped Lock Slot Audio: 2 W Dual stereo speakers Câmara: 1280x720 Integrated HD Webcam Bateria (min): 4 Cell 53Whr Garantia: 1Y Collect and Return Service/1Y Collect and Return Service/Y2-3 Basic Onsite Service Extension Normas e legislação obrigatória: ENERGY STAR® 8.0 qualified
2 unidades	Webcam zoom 12x	Equipamento de referência: Konftel Cam50 ou equivalente Especificações: Resolução: Full HD 1080p / 60 fps Zoom: 12x óptico Pan / Tilt: 170° horizontal / 60° vertical Focagem: Automático Controle de câmara: VISCA / UVC 1.5 / IR controle remoto Sensor de imagem: 2.7 polegadas com 2 milhões de píxeis efetivos Ângulo de imagem: 72.5° -6.9° USB: USB 3.0 Tipo B HDMI: Sim Permite realizar videoconferências: Sim Número de participantes: 255 Compatibilidade: Windows 7 e posteriores; Mac OS 10.13 e posteriores Garantia (min): 1 Ano
18 unidades	Mesa digitalizadora	Equipamento de referência: Wacom One 13 ou equivalente Especificações: Ecrã: 13.3 polegadas Resolução: 1920 x 1080 pixels Tecnologia do ecrã: AHVA Profundidade de cor (min): 8 bits Rácio de aspeto: 16x9 Ângulo de visão (min): 170 deg. (85/85)H / 170 deg. (85/85)V Rácio de contraste (min): 10-02-1900 16:01:00 Tempo de resposta (min): 200 cd/m2 Gama de cores: NTSC 72% (CIE1931)

		Tipo de pen: EMR, sensível à pressão, sem fios, sem bateria Níveis de pressão da pen (min): 4096 ângulo de inclinação da pen (min): 60 graus Compatibilidade: Windows 7 e posteriores; Mac OS 10.13 e posteriores Garantia (min): 1 Ano
45 unidades	Microfone de mesa	Equipamento de referência: Trust GXT 232 Mantis Especificações: Redução de ruído: Sim Cancelamento de echo: Sim Padrão de pick-up: Omnidirecional Velocidade de captura de video (min): Full HD, 30fps Tipo de sensor: condenser Conectividade: USB Impedância (min): 32 Ohm Sensibilidade (min): -38 dB Frequência de resposta: 50 Hz - 16000 Hz Compatibilidade: Windows 7 e posteriores; Mac OS 10.13 e posteriores Garantia (min): 1 Ano

2. Os materiais e/ou equipamentos que se encontrarem em más condições, devido a defeitos de fabrico, acondicionamento ou transporte, deverão ser substituídas no prazo máximo de 1 (uma) semana após a notificação, por escrito, por parte da Universidade de Coimbra (UC), relativamente ao material/equipamento em más condições;

3. As eventuais referências a marcas, materiais, de produtos, de equipamentos ou Entidades Certificadoras são apresentadas a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo "ou equivalente".

CLÁUSULA 3ª

(Vocabulário comum para os contratos públicos)

A aquisição objeto do presente procedimento enquadra-se no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) no(s) código(s):

30200000-1 Equipamento e material informático

CLÁUSULA 4ª

(Local de entrega)

Os bens devem ser entregues na seguinte localização: GSIIC, Rua Arco da Traição, 3000-056 Coimbra.

CLÁUSULA 5ª

(Prazo de entrega)

O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens à UC em conformidade com os respetivos termos e condições de fornecimento, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 19 (dezanove) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 6ª

(Preço base e recursos financeiros orçamentados)

1. O preço máximo que a UC se dispõe a pagar pelo fornecimento objeto do contrato a celebrar é fixado em 75.455,00€ (setenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Considera-se que o preço total resultante da proposta a apresentar é anormalmente baixo se o seu valor for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço máximo que a UC se dispõe a pagar pela execução de toda a prestação objeto do contrato.
3. O encargo decorrente da contratação tem cabimento na dotação do orçamento em vigor no presente ano económico.

CLÁUSULA 7ª

(Requisitos de natureza social ou ambiental)

Dado que a presente aquisição de bens não comporta riscos significativos de natureza social ou ambiental, não são exigidos requisitos específicos.

CLÁUSULA 8ª

(Outros requisitos)

São ainda exigidos os seguintes requisitos no fornecimento de bens:

- a) Os produtos são fornecidos com os cabos necessários ao seu funcionamento;
- b) As embalagens dos produtos devem ser conservadas fechadas e seladas pelas entidades fornecedoras até à instalação dos mesmos;
- c) Os equipamentos deverão ser fornecidos através de canais autorizados, em estado novo, e nas suas embalagens originais;
- d) Todos os produtos deverão estar sujeitos a uma garantia do fabricante, com suporte de 36 (trinta e seis) meses e, caso aplicável, o seu software será originalmente licenciado para a UC;
- e) Antes da aceitação, a UC reserva-se o direito de solicitar aos concorrentes que obtenham junto dos fabricantes a confirmação por escrito de que os produtos são genuínos, com uma garantia válida, fabricados há menos de 12 (doze) meses e licenciados para o adquirente;
- f) A UC reserva-se ao direito de dispor de um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após a receção do material, para proceder à verificação qualitativa e quantitativa dos produtos, efetuar testes e aferir eventuais irregularidades ou existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem;
- g) Caso haja lugar à rejeição dos produtos, será da responsabilidade do fornecedor a retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação. A rejeição não confere ao fornecedor direito a qualquer indemnização;

h) Caso se aplique, é condição de adjudicação de serviços a aceitação de toda e qualquer responsabilidade na execução desses serviços que resulte em danos para o património da UC e deverão ser encetados todos os esforços para exercer as devidas reparações, financeiras ou outras.

CLÁUSULA 9ª

(Outros parâmetros base a que as propostas estão vinculadas)

Não é exigida a vinculação do fornecimento de bens a outros parâmetros base, para além dos fixados no presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 10ª

(Contrato)

O contrato não será reduzido a escrito nos termos do artigo 95.º do Código de Contratos Públicos (CCP).

CLÁUSULA 11ª

(Obrigações da UC)

Constituem obrigações da UC:

- a) Efetuar o controlo de qualidade dos bens, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, de interface e de segurança, contratadas;
- b) Monitorizar o cumprimento das condições de fornecimento e serviços pós-entrega;
- c) Avaliar o desempenho do fornecimento através de indicadores quantitativos, qualitativos e impactos esperados, que traduzam o resultado global do fornecimento efetuado, podendo a avaliação ocorrer, se aplicável, conforme o procedimento de avaliação de fornecedores em vigor na UC à data;
- d) Designar o/a interlocutor/a responsável pelo controlo da receção do bem e o responsável pela execução do contrato;
- e) O pagamento do preço contratado é efetuado em geral por transferência bancária e no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva;
- f) Comunicar ao fornecedor, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos bens fornecidos, valores faturados e os respetivos fundamentos;
- g) Garantir ao fornecedor os meios de acesso às suas instalações para o adequado fornecimento dos bens, de acordo com os procedimentos instituídos de circulação de pessoas e bens;

Confirmar a receção dos bens mediante assinatura de documento ou equivalente, do fornecedor, operando-se a transferência da propriedade dos bens;

CLÁUSULA 12ª

(Obrigações do cocontratante)

Constituem obrigações do fornecedor:

- a) Fornecer os bens de acordo com as características técnicas, funcionais, de interface e entregáveis especificadas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Entregar os bens nos locais e ao cuidado do interlocutor identificado na nota de encomenda, dentro do prazo contratado e apenas após a emissão, e envio, pela UC, da informação de compromisso válido;
- c) O pessoal do fornecedor, que efetua a entrega dos bens, deve munir-se da competente identificação ao aceder às instalações da UC;
- d) Não proceder a aumentos de preço dos bens durante o período de execução do contrato e apresentar à UC melhorias de preço, caso ocorram alterações de mercado significativas;
- e) Obter comprovativo da entrega dos bens à UC;
- f) Fazer acompanhar os bens do material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento ou utilização;
- g) Executar os testes que sejam requeridos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos;
- h) Disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, designadamente relativos à utilização e manutenção, em língua portuguesa;
- i) Assumir todos os encargos decorrentes da utilização e fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a UC tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;
- j) Em caso de rutura de *stock* ou atraso no prazo de entrega o fornecedor deve comunicar esse facto, à UC, de forma fundamentada, logo que dele tenha conhecimento, obrigando-se, se tal foi aceite e oportuno, a restabelecer o fornecimento em prazo razoável;
- k) Emitir a fatura após o vencimento da obrigação respetiva e fazê-la chegar à morada indicada na nota de encomenda;
- l) Prestar os esclarecimentos necessários relativamente aos valores indicados na fatura ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou equivalente;
- m) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária regular e perante a segurança social;
- n) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- o) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, não as utilizar para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, trabalhadores e colaboradores, ou terceiros, que nelas se encontrem envolvidos;
- p) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à UC, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- q) Prestar garantia aos bens, mesmo em caso de descontinuidade de fabrico, no mínimo, pelo prazo de dois anos a contar da data da assinatura do auto de receção ou da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta os encargos inerentes à colocação do bem em boas condições de utilização;

- r) Salvo nos casos de dolo e negligência grosseira, em caso de incumprimento contratual, o adjudicatário será responsável pelos danos causados até ao máximo de 100% do preço da adjudicação.

CLÁUSULA 13ª

(Penalidades contratuais)

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato e das demais penalidades prevista na Lei, a UC pode, em qualquer altura, por comprovado incumprimento das obrigações que sobre o fornecedor recaem, nos termos do contrato ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, aplicar penalidades nos termos dos números seguintes.
2. O incumprimento é comunicado pela UC ao fornecedor, após avaliada a sua gravidade e é garantida a prévia defesa.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a UC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
4. O fornecedor não incorrerá em responsabilidades se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, devendo para isso comunicar e justificar tais situações à UC, logo delas tenha conhecimento, por qualquer meio escrito, bem como informar sobre o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. Em face da confirmação de incumprimento, a UC poderá aplicar ao fornecedor as seguintes penalidades, em função da determinação da gravidade:
 - a) Advertência;
 - b) Declaração de inaptidão para contratar com a UC enquanto perdurarem os motivos da penalidade ou promovida a reabilitação;
 - c) Suspensão temporária da participação em procedimentos de aquisição de bens em que a UC tenha o poder discricionário para escolher o fornecedor a convidar, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
 - d) Multa moratória diária de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total da parte não cumprida, nos primeiros 15 (quinze) dias de incumprimento;
 - e) Após o período de incumprimento de 15 (quinze) dias a multa sofrerá um acréscimo de 1 (um) ponto percentual, por cada dia até atingir o limite máximo de 5 (cinco) pontos percentuais calculado sobre o valor total da parte não cumprida.
6. A UC, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.
7. A aplicação de penalidades pecuniárias não obsta a que a UC exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 14ª

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual depende da autorização da UC, nos termos do CCP.
2. Para efeitos desta autorização, o subcontratado ou cessionário deverá apresentar, ao cocontratante, toda a documentação exigida no âmbito do procedimento que deu origem ao contrato, sendo posteriormente apresentada à UC.
3. A UC deverá, ainda, ter acesso a informação que permita verificar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato;

4. Tratando-se de sociedade-mãe ou filial de grupo económico, exclui-se do conceito de subcontratação ou cessão de posição contratual, a utilização de recursos internos do grupo económico, desde que se encontrem sob controlo, gestão e responsabilidade do cocontratante.

CLÁUSULA 15ª

(Resolução do contrato)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a UC pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato e não aceitação dos fundamentos do atraso ou inoportunidade da entrega em novo prazo.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 325.º do CCP, a UC pode exercer o direito de resolução mediante declaração escrita enviada à contraparte, a qual produz efeitos no dia seguinte ao da sua receção ou, se as circunstâncias e o interesse público assim o aconselharem, em data que vier a ser fixada na notificação.
2. O cocontratante pode resolver o contrato nos termos do disposto no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 16ª

(Modificação do contrato)

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma à outra parte.
2. As alterações ao contrato devem constar de documento escrito, assinado pelo cocontratante e pela UC, sendo que produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
3. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte, essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
4. O contrato pode ser modificado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
5. A modificação do contrato não pode conduzir à alteração de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

CLÁUSULA 17ª

(Foro competente ou Arbitragem para resolução de litígios)

1. O foro para dirimir as questões oriundas da execução do Contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, excluindo qualquer outro.
2. Em alternativa ao recurso às instâncias judiciais, desde que previamente acordado entre as partes, por escrito, podem estas recorrer a uma Comissão de Arbitragem nos seguintes termos:
 - a) A Comissão de Arbitragem será composta por três elementos, um representante de cada parte e um terceiro elemento escolhido por acordo entre as partes;

- b) Da decisão da Comissão de Arbitragem ou na ausência de acordo caberá recurso a um Tribunal Arbitral, composto por três árbitros, um nomeado por cada parte e um terceiro Árbitro escolhido por aqueles dois o qual presidirá e terá voto de desempate. O Tribunal Arbitral funcionará e decidirá com equidade e de acordo com as regras previstas na Lei da Arbitragem Voluntária, aprovada pela Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro;
- c) As partes comprometem-se a aceitar e a fazer cumprir as decisões tomadas pelo Tribunal Arbitral e renunciam ao direito de intentar e fazer prosseguir uma ação judicial com vista à revisão da sentença Arbitral tomada nos termos da Lei e dos termos contratuais.

CLÁUSULA 18ª

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 19ª

(Contagem de prazos)

1. Os prazos referidos no presente Caderno de Encargos, relativos aos procedimentos de formação do contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e não lhes é aplicável, em caso algum, o artigo 88.º do mesmo Código - Cfr. artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

CLÁUSULA 20ª

(Proteção de Dados)

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do contrato associado ao presente procedimento.

CLÁUSULA 21ª

(Legislação)

O contrato é regulado pelo CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa.